



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 62/XIII/ 1.ª SL

Aos 29 dias do mês de junho de 2016, pelas 9 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Apreciação e votação do parecer solicitado pelo Presidente da Assembleia da República sobre a constitucionalidade e regularidade regimental do Projeto de Deliberação n.º 12/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) - Delibera a realização de duas auditorias externas e independentes relativas à Caixa Geral de Depósitos (CGD) e ao Banco Internacional do Funchal (Banif) - Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
3. **Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório Anual de Segurança Interna - 2015 - Relator: Deputado Filipe Neto Brandão (PS);**
4. **Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório Anual do Provedor de Justiça 2015 - Relatora: Deputada Ana Catarina Mendes (PS);**
5. **Apreciação e votação dos Pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Projeto de Lei n.º 240/XIII/1.ª (PCP) - "Reposição de limites à expulsão de cidadãos estrangeiros do território nacional (Quarta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional)";**
 - **Projeto de Lei n.º 264/XIII/1.ª (BE) - "Altera a Lei n.º 23/2007, de 04 de julho, que estabelece o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional"; Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)**
 - **Projeto de Lei n.º 242/XIII/1.ª (BE) - "Reconhece o direito à autodeterminação de género" - Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS);**
6. **Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 18/XIII/1.ª (GOV) - "Regula o acesso à informação administrativa e a reutilização dos documentos administrativos, incluindo em matéria ambiental, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, alterada pela Diretiva 2013/37/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa à reutilização de informações do setor público";**
7. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 149/XIII/1.ª (PS) - "Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de dissolução de uniões de facto e casos similares";**
8. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Ministra da Justiça tendo em vista o esclarecimento acerca das recentes ocorrências no Estabelecimento Prisional de Sintra e medidas tomadas;**
9. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
10. **Outros assuntos.**

10:30 horas - Audição do Ministro Adjunto (ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 62/XIII/ 1.ª SL

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, foi adiada a apreciação e votação do parecer solicitado pelo Presidente da Assembleia da República sobre a constitucionalidade e regularidade regimental do Projeto de Deliberação n.º 12/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) - *Delibera a realização de duas auditorias externas e independentes relativas à Caixa Geral de Depósitos (CGD) e ao Banco Internacional do Funchal (Banif)*, a pedido do Grupo Parlamentar do PSD e com a anuência dos demais Grupos Parlamentares (muito embora declarando-se preparados para a discussão), uma vez que o projeto de parecer só chegara ao conhecimento dos membros da Comissão uma hora antes da reunião. O Relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), declarou compreender a necessidade de tempo para ponderação e explicou que não fora possível remeter o documento mais cedo. Ficou assim agendada para as 14h30 desse mesmo dia uma reunião da Comissão para esse efeito.

Foi igualmente adiada, para a reunião da semana seguinte, a pedido da Relatora, Deputada Ana Catarina Mendes (PS), a apreciação e votação do parecer sobre o Relatório Anual do Provedor de Justiça 2015.

Assim, procedeu-se à apreciação do parecer sobre o Relatório Anual de Segurança Interna 2015, tendo o respetivo Relator, Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), apresentado sumariamente o parecer, começando por dar conta da pouca utilidade que atribuía a um “relatório sobre um relatório”, que pouco adiantaria, na sua opinião, ao conteúdo daquele documento, mas que constituiria um guião para a discussão em Plenário.

O Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) saudou o relator pela qualidade do parecer elaborado e observou que este poderia ser enriquecido com maior relevo a dar à nota de diminuição da criminalidade violenta e organizada (para motivação das Forças de Segurança e para a tranquilidade da ordem pública), para além de considerar que as conclusões do parecer beneficiariam com o aditamento de uma nota relativa à omissão, no RASI, à semelhança dos anos antecedentes, dos números de crianças desaparecidas e da autonomização das estatísticas relativas à criminalidade contra crianças. O Senhor Deputado Luís Marques Guedes concordou com estas observações, considerando dever ser priorizada a nota sobre a criminalidade violenta e grave.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 62/XIII/ 1.ª SL

Acolhidas as sugestões, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV. No quinto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Fernando Negrão /PSD) apresentou os seus pareceres sobre os Projetos de Lei n.ºs [240/XIII/1.ª](#) (PCP) - "*Reposição de limites à expulsão de cidadãos estrangeiros do território nacional (Quarta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional)*" e [264/XIII/1.ª](#) (BE) - "*Altera a Lei n.º 23/2007, de 04 de julho, que estabelece o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional*", que foi aprovado por unanimidade (partes I e III), na ausência do PEV, após o Relator ter sido cumprimentado pela qualidade e objetividade dos pareceres.

A Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) apresentou então o seu parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 242/XIII/1.ª](#) (BE) - "*Reconhece o direito à autodeterminação de género*", cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, após uma breve discussão na qual intervieram os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD), Luís Marques Guedes (PSD), Jorge Lacão (PS), Sandra Cunha (BE), António Filipe (PCP) e Pedro Delgado Alves (PS).

No debate, o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) observou que o parecer deveria dar conta de que, tal como está escrito, o Projeto de Lei viola a norma travão, pelo que é inconstitucional, e assinalou que a Comissão não se deveria pronunciar sem antes solicitar parecer ao Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, o qual seria fundamental para o debate em Plenário.

A Relatora defendeu poder fazer-se uma ponderação na especialidade acerca das implicações da norma travão, não considerando que, na fase de generalidade, não se devesse dar por cumpridos os requisitos regimentais e constitucionais.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) considerou que a pronúncia daquele Conselho, que lhe parecia indispensável, não comprometia a possibilidade de agendamento da discussão na generalidade da iniciativa, estranhando a posição do PSD que, em matéria laboral, tem defendido poder ocorrer a votação na generalidade das iniciativas quando ainda decorre o prazo da sua apreciação pública. Assinalou que a rapidez não se tem mostrado compatível com a qualidade legislativa.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 62/XIII/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) não objetou ao pedido de parecer ao CNECV, defendendo que todas as audições ou contributos possíveis seriam úteis.

O Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) considerou que não tem concorrido para a valorização do processo legislativo parlamentar a falta de cumprimento de prescrições regimentais ou mero formalismo, pelo que sugeriu que quando da nomeação de relator a Comissão pudesse deliberar concretamente, na medida do possível, acerca das consultas a promover.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou não existir, no caso, um vício procedimental e lembrou a aposta das Comissões Parlamentares na recolha dos contributos dos interessados, sublinhando que o cumprimento dos prazos era o primeiro passo a dar para que tudo corresse melhor.

Tendo em vista a conclusão consensual do respetivo processo legislativo, foi adiada, para a reunião da semana seguinte, a discussão e votação na especialidade [Proposta de Lei n.º 18/XIII/1.ª \(GOV\)](#) - *Regula o acesso à informação administrativa e a reutilização dos documentos administrativos, incluindo em matéria ambiental, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, alterada pela Diretiva 2013/37/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa à reutilização de informações do setor público, com a concordância de todos os grupos parlamentares presentes.*

Foi também adiada a discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 149/XIII/1.ª (PS) - *"Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de dissolução de uniões de facto e casos similares"*, uma vez que se aguardava ainda o envio dos pareceres solicitados ao Conselho Superior do Ministério Público e à Ordem dos Advogados.

Procedeu-se, por fim, à apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Senhora Ministra da Justiça, tendo em vista o



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 62/XIII/ 1.ª SL

esclarecimento acerca das recentes ocorrências no Estabelecimento Prisional de Sintra e medidas tomadas.

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PCP) apresentou o requerimento, justificando o pedido de audição extraordinária da Senhora Ministra da Justiça com as imagens divulgadas pela Comunicação Social e colhidas no Estabelecimento Prisional de Sintra, que põem em causa a imagem pública e segurança daquele Estabelecimento Prisional, cumprindo à Senhora Ministra supervisionar e evitar sobressaltos desta natureza.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, tendo o Senhor Presidente obtido a anuência da Comissão para que o objeto do requerimento pudesse ser abordado como ponto autónomo da audição obrigatória da Senhora Ministra prevista para o dia 13 de julho.

Não havendo lugar à apreciação de pareceres da Subcomissão de Ética, e nada mais havendo a tratar, teve início, após uma curta interrupção, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.ª do Regimento da Assembleia da República, a audição do Senhor Ministro Adjunto, Dr. Eduardo Cabrita, que se fez acompanhar pela Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Dr.ª Catarina Marcelino.

Após uma intervenção inicial do Senhor Ministro, relativa às matérias que o Ministério trata e que cabem no âmbito das competências da 1.ª Comissão, nomeadamente as questões de cidadania e igualdade, e as relativas às migrações e acolhimento de refugiados, usaram da palavra para colocar questões, as Senhoras Deputadas Ângela Guerra (PSD), Elza Pais (PS), José Manuel Pureza e Sandra Cunha (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e António Filipe (PCP), que mereceram resposta conjunta do Senhor Ministro e da Senhora Secretária de Estado.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 62/XIII/ 1.ª SL

Interveio ainda, na segunda ronda, para novas questões, a Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD), a que o Senhor Ministro deu resposta.

A [audição](#) foi gravada em vídeo e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a sua [gravação](#) parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 13 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de junho de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 62/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Vânia Dias da Silva
Ângela Guerra
Jorge Lação
Jorge Machado
Margarida Balseiro Lopes
Sandra Pereira
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Hugo Lopes Soares
Jamila Madeira
José Luís Ferreira